

COP 30

A COP30 representou um dos eventos mais importantes ocorridos no Brasil em 2025 e consolidou-se como uma das conferências de maior destaque no cenário mundial. Pela primeira vez, o encontro aconteceu dentro da Floresta Amazônica, uma das mais importantes áreas de regulação do clima.

Obs.: A Floresta Amazônica não é o “pulmão do mundo”; esse paradigma foi quebrado há muito tempo. O polo norte e o polo sul também contribuem, trazendo um equilíbrio para o clima.

O evento, realizado em Belém, foi acompanhado por críticas e elogios. No âmbito técnico e de infraestrutura, registrou-se um incidente em uma das zonas da conferência: um curto-circuito provocado pelo uso de um aparelho de micro-ondas resultou em um incêndio. O fato recebeu ampla cobertura da imprensa nacional e internacional presente na capital paraense.

No campo diplomático, ocorreram episódios de bate-boca. Países latino-americanos, como Argentina, Colômbia e Panamá, manifestaram descontentamento, alegando que suas delegações não foram devidamente ouvidas. Houve relatos de embates verbais envolvendo representantes diplomáticos; em um desses momentos, um diplomata alemão teria repreendido as queixas das delegações latino-americanas, comparando a postura dos representantes à de crianças.

Um dos marcos mais importantes da COP30 foi a proposta brasileira de criação de um fundo financeiro internacional. Diferentemente do Fundo Amazônia, este novo fundo, denominado “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”, visa atender a todas as nações que possuem florestas tropicais, abrangendo mais de 70 países. Entre os principais beneficiários do fundo estão o Brasil, a República Democrática do Congo e a Indonésia, as três nações que detêm as maiores extensões de florestas tropicais preservadas. O fundo já conta com um aporte inicial de 6 bilhões de dólares, destacando-se a Noruega como o país com maior evidência em contribuições financeiras, seguida pela Alemanha e outras nações que aderiram à iniciativa.





O mascote oficial da COP30 foi o Curupira, personagem do folclore brasileiro. A escolha fundamenta-se na mitologia popular, que o define como o guardião das florestas.

Conforme já salientado, a COP 30 foi acompanhada por críticas e elogios. Entre as principais críticas registradas, destacam-se:

- Alto valor da hospedagem em Belém;
- Preços de alimentação no Parque da Cidade, área central do evento.
- Observou-se uma baixa presença de líderes mundiais em comparação a edições anteriores. Enquanto a COP28, em Dubai, contou com 150 chefes de Estado e a COP29, em Baku, com 75, a COP30 registrou a presença de 57 chefes de Estado, conforme dados do Itamaraty.
- A decisão da Presidência da República de hospedar o casal presidencial em um iate particular (Iana III), ancorado na Base Naval de Val-de-Cans, gerou repercussão. Inicialmente, previu-se o uso de um navio da Marinha, mas a opção foi descartada em favor da contratação do iate movido a óleo diesel, visando maior conforto.
- O Ministério da Justiça determinou investigações sobre supostas ameaças feitas pela organização criminosa Comando Vermelho contra subestações elétricas que abastecem Belém e Marituba, responsáveis pelo fornecimento de energia ao evento. Órgãos como a Polícia Federal, a Abin e o Gabinete de Segurança Institucional foram acionados.
- A posição ocupada pela primeira-dama em cerimônias oficiais, ao lado do presidente e à frente de autoridades como o presidente do Supremo Tribunal Federal e lideranças legislativas, foi objeto de críticas protocolares.
- Ademais, houve críticas quanto ao cardápio oferecido, por não priorizar opções exclusivamente vegetarianas ou veganas.



A tradicional “foto de família” dos chefes de Estado refletiu a menor adesão de líderes desta edição. No registro, figuraram o presidente Lula, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, o presidente do Chile, Gabriel Boric, o governador do Pará, Helder Barbalho, e a ex-presidente Dilma Rousseff.

A presidência da COP30 foi exercida pelo embaixador André Correia do Lago. Embora tenha enfrentado críticas de diplomatas latino-americanos, que o acusaram de encerrar pautas e documentos antes de esgotar as manifestações das delegações, o embaixador foi elogiado por seu engajamento e disponibilidade. Em sua defesa, pontuou que a competência da gestão deve ser avaliada pelos resultados e desdobramentos futuros da conferência.

COP30

A COP é uma reunião anual entre os 198 países que assinaram, em 1992, um acordo para enfrentar o aquecimento global. A sigla significa “Conferência das Partes”, sendo que as partes são, justamente, os países que assinaram esse tratado.

Obs.: É uma reunião que acontece desde 1995.

As COPs são organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e são espaços formais de negociação entre os países.

No final, cada conferência produz um documento, definido por consenso, com metas e medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e adaptar os países às mudanças climáticas.

O objetivo é gigantesco: evitar um aquecimento descontrolado do planeta, que pode ameaçar a vida humana na Terra.

ACORDO DE PARIS E META DE AQUECIMENTO DE 1,5°C

A atividade humana alterou a concentração de gás carbônico na atmosfera. E as principais razões foram a queima de carvão, petróleo e gás para gerar energia.

Do início do século 20 até a atualidade, a concentração de gás carbônico disparou, elevando a temperatura média da Terra em 1,1 grau Celsius. Pode parecer pouco, mas esse aquecimento em um período tão curto de tempo é inédito na história do planeta, e é ele que tem causado eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Foi para frear esse aquecimento que quase 200 países assinaram, em 2015, o chamado Acordo de Paris. Ele tem força de lei e definiu que os países precisam cortar suas emissões para manter o aumento da temperatura da Terra abaixo de 2 graus, de preferência em até 1,5 °C (1 grau e meio).

Esse é o limite considerado “seguro” pela ciência para evitar um cenário imprevisível, com ainda mais eventos climáticos extremos, mortes, deslocamentos forçados e perdas econômicas.

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO

Essas duas palavras são a grande dupla quando o assunto é crise climática: porque são as duas principais frentes para combater as mudanças do clima.

Mitigar significa reduzir as emissões de gases do efeito estufa, que são causadas principalmente pela queima de combustíveis fósseis para geração de energia, transportes e processos industriais. No caso do Brasil, também pelo desmatamento e pela agropecuária. Diminuir o desmatamento é mitigar. Trocar fontes de energia poluentes por fontes limpas, também.

Já adaptar significa preparar as cidades, as comunidades e os setores da economia para enfrentar eventos extremos e o aumento de temperatura. Adaptação pode ser, por exemplo, tomar medidas para que as cidades fiquem mais resilientes a chuvas extremas, evitando desastres.

RACISMO AMBIENTAL

A crise climática é um problema global, mas ela não afeta a todos do mesmo jeito.

Populações negras, periféricas, quilombolas, indígenas e ribeirinhas, muitas vezes, estão entre as principais vítimas de eventos climáticos extremos, como enchentes e tempestades que provocam deslizamentos de terra ou secas severas. É o que chamamos de “racismo ambiental”.

Obs.: A expressão “racismo ambiental” originou-se nos Estados Unidos, na década de 1980, formulada pelo sociólogo Benjamin Franklin Chavis Jr. O conceito foi desenvolvido a partir de uma análise crítica sobre a localização de aterros sanitários e lixões, observando que tais depósitos eram sistematicamente instalados próximos a áreas habitadas por populações mais vulneráveis.

O racismo ambiental reflete as desigualdades históricas de acesso de determinadas populações a direitos como saneamento básico e locais seguros para viver. Também reflete a falta de políticas públicas para essas populações, que acabam mais vulneráveis a desastres e expostas a áreas de risco.

Para dar um exemplo: uma pesquisa do Datafolha mostrou que a população negra, mais pobre e com menor escolaridade, foi a que mais sofreu perdas de bens e de renda nas enchentes no Rio Grande do Sul no ano passado.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

No combate às mudanças climáticas, um dos temas mais importantes é a energia. Isso porque a maior parte das emissões de gases do efeito estufa vem da queima de combustíveis fósseis. Petróleo, gás e carvão respondem por 80% da produção de energia global.

Para mudar esse cenário, aborda-se a transição energética, ou a transição energética justa. Transição energética significa mudar as fontes de produção de energia na economia. Hoje, isso implica em abandonar petróleo, gás e carvão e adotar fontes bem menos poluentes, como solar, eólica e hídrica.

Na COP28, os países reconheceram a necessidade de fazer uma transição para longe dos combustíveis fósseis e de triplicar a capacidade das energias limpas até 2030.

Mas essa transição precisa ser justa. Ou seja, ninguém pode ficar para trás: os empregos e as comunidades não devem ser prejudicados, e os impactos econômicos e ambientais precisam ser minimizados.

NDC OU CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA

Neutralizar emissões. Fazer uma transição energética. Zerar o desmatamento. Esses compromissos fazem parte de uma sigla menos conhecida: NDC, ou Contribuição Nacionalmente Determinada.

As NDCs são o centro do Acordo de Paris. Nelas, cada país precisa informar exatamente quanto e como vai reduzir suas emissões, sempre com o objetivo coletivo de evitar que o aumento da temperatura da Terra passe de 1,5 grau Celsius.

Pela última leva de NDCs, apresentada há cinco anos, a previsão é de que o aquecimento chegue a pelo menos 2,6 graus até o final do século.



20m

2025 é ano de atualização das NDCs, que vão ser discutidas na COP30. É o momento de os países provarem que vão fazer mais para enfrentar a crise climática.

1,3 TRILHÃO DE DÓLARES

Os países mais pobres precisam de ajuda para enfrentar as mudanças climáticas. Mas os países ricos não querem abrir mão de dinheiro.

A disputa por recursos é central nessas negociações e está no centro da COP30.

Apesar de a crise climática atingir a todos, ela não foi causada por todos na mesma medida. As nações que se industrializaram primeiro são as maiores emissoras históricas de gases do efeito estufa e os Estados Unidos lideram esse bonde dos principais responsáveis pela situação atual.

Há 15 anos houve um acordo: os países desenvolvidos iam mobilizar 100 bilhões de dólares por ano para ajudar os países em desenvolvimento até 2025. No ano passado, eles tiveram que negociar uma nova meta que ficou em 300 bilhões de dólares.

RESUMO

A COP30 ocorreu em Belém (Pará, Brasil), reunindo os signatários da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) para negociar a agenda climática global.

A conferência se realizou num cenário de grande urgência: os relatórios científicos do IPCC indicam que o mundo está fora do curso para limitar o aquecimento a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Duas linhas de tensão destacadas: (i) o financiamento para adaptação e “perdas e danos” nos países vulneráveis; e (ii) a transição dos combustíveis fósseis, desmatamento e mudanças estruturais na economia global. Nesse contexto, nações africanas com grandes reservas petrolíferas, como Nigéria, Líbia, Angola, Argélia, Egito e Sudão, posicionaram-se contra a inclusão de dizeres que, em sua visão, buscavam “demonizar” o setor.

Pontos de fricção/lacunas significativas: Fase-out de combustíveis fósseis: um dos temas mais controversos – não foi incluída no texto final uma linguagem vinculante para eliminar gradualmente carvão, petróleo e gás.

Ambição de emissões: apesar de algumas iniciativas, o consenso foi de que o ritmo e a ambição dos compromissos continuam insuficientes para cumprir a meta de 1,5 °C.

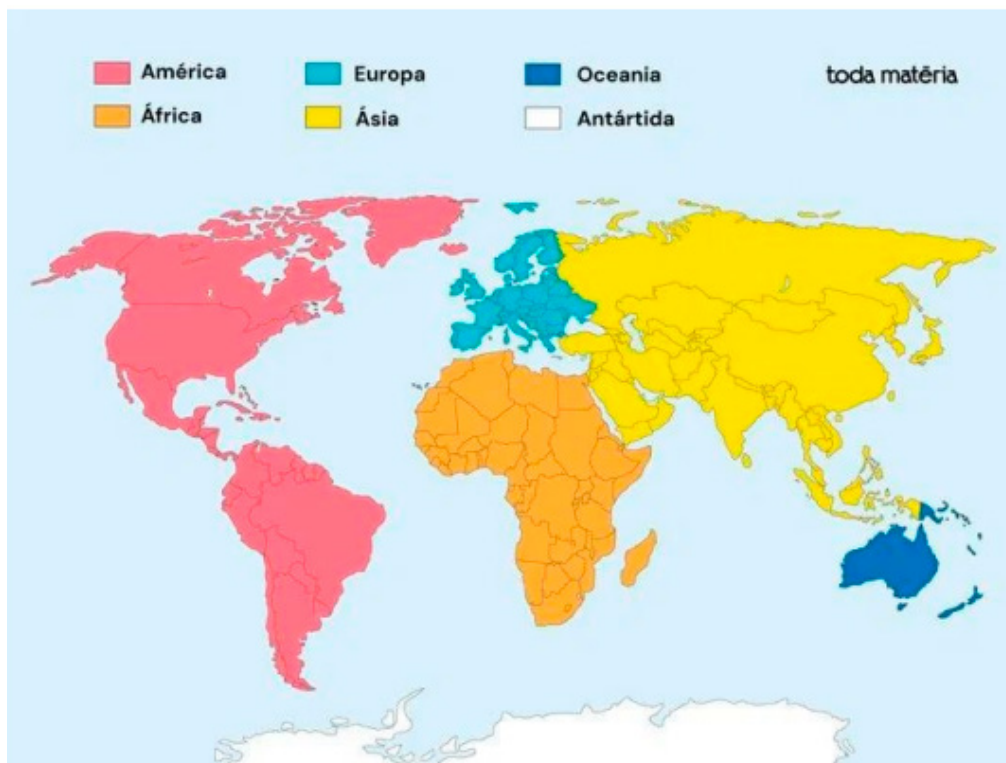
Financiamento de perdas e danos e clareza de “quem paga”: Embora o objetivo de adaptação tenha avançado, ainda há falta de clareza sobre a origem dos recursos, mecanismos operacionais e implementação concreta.

Divisões geopolíticas: a cobertura apontou que a unidade global está fragilizada – por exemplo, os Estados Unidos foram citados como recuando em alguns aspectos.



25m

Obs.: Entre as ausências notadas, citam-se a do presidente dos Estados Unidos, a de Benjamin Netanyahu (Israel) e a de Javier Milei (Argentina), o que dificultou a construção de consensos amplos durante a cúpula.



Obs.: A distribuição das florestas tropicais no globo segue um padrão geográfico específico, concentrando-se predominantemente ao longo da Linha do Equador. Enquanto as regiões próximas aos Trópicos de Câncer e de Capricórnio são marcadas por extensas áreas desérticas – como o deserto do México, o Saara na África, as zonas áridas do Oriente Médio e da China ao norte, e os desertos do Atacama, da Namíbia e da Austrália ao sul –, a faixa equatorial abriga a maior biodiversidade do planeta. Essa zona compreende países como Equador, Colômbia, Venezuela, Brasil, as Guianas e o Suriname, na América do Sul; a República Democrática do Congo e a Etiópia, na África; e a Indonésia, no sudeste asiático.

FUNDO FLORESTAS TROPICAIS PARA SEMPRE

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) é uma proposta do Brasil para criar um mecanismo financeiro internacional e permanente para a conservação de florestas tropicais. Ele usa um modelo de investimento em que os lucros de um grande fundo são repassados aos países que conservam suas florestas.

A ideia é que esse fluxo financeiro garanta a preservação ambiental ao mesmo tempo que proporciona um retorno econômico para os países e investidores.

COMO FUNCIONA



Captação de recursos: O fundo pretende captar um grande capital inicial de governos e filantropos, que funcionará como garantia para atrair investidores.

Investimento: O montante total é investido no mercado financeiro, com o objetivo de gerar lucros.

Repasse: O rendimento anual é distribuído aos países que conservam suas florestas tropicais, proporcionalmente à área preservada.

Retorno para investidores: O capital investido é devolvido aos investidores com os lucros gerados.

O pontapé inicial já foi dado – quase 6 bilhões de dólares foram anunciados nas vésperas da COP30 com valores da Noruega, França, Brasil, Indonésia e Portugal, enquanto outros países avaliam sua contribuição.

A COP 30 abordou o racismo e os povos indígenas como temas centrais, com foco no combate ao racismo ambiental e na defesa da justiça climática. Discussões sobre a demarcação de terras indígenas, a proteção de seus territórios e a inclusão de suas vozes nas negociações climáticas foram proeminentes.

Foram lançados programas como o de Proteção de Terras Indígenas e foram criadas comissões internacionais para dar visibilidade a essas questões.

RACISMO AMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA

A COP 30 destacou que a crise climática afeta desproporcionalmente comunidades indígenas e afrodescendentes, que são as mais vulneráveis aos impactos ambientais.

A conferência foi vista como uma oportunidade histórica para incluir o combate ao racismo ambiental nas discussões de justiça climática, reconhecendo as desigualdades raciais e étnicas na exposição aos riscos ambientais.

AÇÕES E PROPOSTAS NA COP 30

Programa de Proteção de Terras Indígenas: Lançado na COP 30, com foco em demarcação e gestão de territórios indígenas como parte da solução para a crise climática.

Comissão Internacional Indígena: Criada dentro do “Círculo dos Povos”, liderada pela Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, para dar voz a esses grupos nas discussões.

Nas redes sociais, críticos ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm chamado a COP30 de “FLOP30”, destacando a menor participação de líderes nesta edição, em Belém.

Segundo a lista oficial divulgada pela assessoria de imprensa da COP30 ao Valor, participaram 28 chefes de Estado ou de governo, entre eles 15 presidentes, 11 primeiros-ministros e 2 líderes da realeza.

Esse número representa quase metade dos chefes de Estado que compareceram na edição anterior, a COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro de 2024. Na época, segundo a lista de oradores do alto nível para Chefes de Estado e de Governo, compareceram ao evento 59 chefes de Estado, incluindo 29 presidentes e 30 primeiros-ministros.

Algumas ausências já eram esperadas na COP30, com as dos presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da Argentina, Javier Milei.

A conferência de Belém serviu como um marco para a discussão climática em território amazônico. A partir desses eventos, espera-se atenção aos desdobramentos das negociações, fundamentais tanto para a resolução de questões em exames e provas discursivas quanto para o acompanhamento da política ambiental global.

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pela professora Rebecca Caroline Rocha de Souza Guimarães.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
